

ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Carlos Chiodini - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se ao enfraquecimento do serviço público.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Manifesta preocupação com relação à segurança pública.

Partidos Políticos

DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Aborda os investimentos em segurança pública.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Reporta-se a Santa Catarina como polo turístico.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - questão da segurança e das drogas

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Manifesta-se a respeito da vinda da BMW para Santa Catarina.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se à questão do desemprego e ao estado das rodovias catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à Assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar, em primeiro lugar, o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital, nesta manhã de quinta-feira, teremos nesta semana a comemoração ao dia do servidor público. E a exemplo de outros anos queremos fazer uma reflexão a respeito deste dia, da essência do caráter do serviço público.

A rigor e não querendo ser excessivamente pessimista, existe um processo de enfraquecimento do serviço público em todo o país, e é de se considerar que isso também não é um fenômeno apenas brasileiro, mas, sim, um fenômeno mundial.

Temos uma realidade mundial em que cada vez mais os monopólios empresariais, privados, estão em uma economia em crise, tão globalizada quanto o era há 200 anos, para ficar claro também que não temos essa onda de dizer que agora vivemos outro mundo, que agora é globalização, que acabou o mundo das nações.

Na verdade, desde que existe a sociedade burguesa, e aí há mais de 200 anos, a economia é global, é mundial. O que existe nos últimos 22 anos é o processo de concentração cada vez maior do poder econômico. O que existe nos últimos 22 anos é que a partir do fim do chamado socialismo real do leste europeu as potências imperialistas dirigidas por esses monopólios privados tentaram e tentam ainda destituir a ideia de que a história e o passado acabaram.

A sociedade agora é global; lutas de classes não existem mais em alguns lugares que deveriam

estar refletindo muito o contrário; nas academias, inclusive de sociologia e economia, se ousou dizer que o trabalho não existiria mais. Uma sociedade global, cada vez mais virtual, que passaria a prescindir do trabalho humano. Parece uma obtusidade, e na minha avaliação o é. Mas isso foi dito e escrito por grandes especialistas, doutores, PhDs, nas universidades do Brasil e do mundo afora. Na prática é o contrário, porque também se tem dito nesses últimos anos que agora prevalece a democracia. Viva a democracia, tudo é democrático, não há mais necessidade da força do estado, do estado forte, do estado que intervém na economia, do estado protetor. Seria possível e necessário, interessante, aniquilar o estado como força capaz de intervir na economia. E essa tem sido a avaliação nesses 20 anos, mas isso tem levado ao enfraquecimento do serviço público em todo o mundo, na maior parte dos países do mundo, melhor dizendo, e também no Brasil inteiro e, evidentemente, também no estado de Santa Catarina.

A realidade material, objetiva, inexorável e implacável é bem diferente. O trabalho humano continua sendo a única força capaz de criar riqueza. O trabalho humano tem sido usado e tem sido cada vez mais necessário para criar riquezas.

O suposto fim da história ou da luta de classes é um discurso ideológico da classe economicamente dominante que quer enganar justamente os trabalhadores e que, desgraçadamente, tem conseguido obter êxito nessa sua tarefa histórica, nessa tarefa concreta, objetiva, política e ideológica e não de invenção de filósofos do séc. XIX ou do séc. XVIII.

Não é não. Objetivamente, na prática, o número de proletários e o número de operários têm aumentado em todo o mundo, inclusive no Brasil. O trabalho humano, ao invés de passar a ser desnecessário, tem sido cobrado e executado de forma cada vez mais rigorosa, mais dura.

Direitos trabalhistas que se construíram, que a classe trabalhadora conquistou na lei e na marra ou na marra e depois na lei. Ao longo de mais de 200 anos de lutas, têm sido jogados fora a jornada

de trabalho, a idade para aposentadoria, o direito à aposentadoria digna, nos últimos 20 anos, no estado de Santa Catarina, considerado um dos mais evoluídos, do ponto de vista econômico, social, tecnológico do país.

Milhares de trabalhadores, todos os anos, ficam doentes em virtude da realização da profissão, em virtude do exercício do trabalho. Basta ver o que acontece com trabalhadores dos frigoríficos pelo esforço repetitivo, e citei apenas um exemplo.

O serviço público e o estado como um incômodo para a sociedade. Na verdade, é um ledor engano, uma mentira. O estado nunca foi tão usado para financiar justamente os interesses privados dos grandes monopólios que cada vez mais em um número maior comandam a economia.

O discurso da globalização, da pluralidade de ideias, de formas etc. não é verdadeiro. A classe economicamente dominante cada vez domina com mais mão de ferro a totalidade das sociedades.

O que estado tem deixado de ser o ente, o agente, cujo interesse seja em alguma medida, porque em absoluto nunca o foi, de garantias sociais.

O estado de bem-estar social, construído na Europa, nos Estados Unidos, especialmente na II Pós-Guerra, principalmente para dar uma resposta ao crescimento do socialismo que vinha do leste, tem sido desmanchado nas duas últimas décadas, inclusive no Brasil e no estado de Santa Catarina. E segue sendo. Não é uma onda que passou. Houve a onda neoliberal que de neo não tinha nada. Agora estamos numa fase pós-neoliberal, um retorno de alguns elementos do keynesianismo, da intervenção do estado. Balela! O estado no Brasil segue sendo o estado em que as classes economicamente dominantes querem, o que significa inclusive suprimir cada vez mais a capacidade de ele dar respostas às necessidades efetivas da base da sociedade.

Em saúde, em Educação, em assistência técnica à pequena agricultura, o estado abre mão cada vez mais disso, deixando o lucro privado para alguns.

Portanto, nós, servidores públicos, precisamos refletir juntamente com a sociedade que tipo de estado queremos, porque não basta uma flor e um bombom no dia do servidor, é preciso o fortalecimento do serviço público, melhores salários, carreira e crescimentos dos serviços essenciais prestados à população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, gostaria de cumprimentar de forma especial os vereadores Lialda Lemos e Oscar Lopes, de Tijucas, que visitam o nosso gabinete e as galerias desta Casa, trazendo inúmeras reivindicações e necessidades do município de Tijucas.

Da mesma forma, gostaria de cumprimentar os prefeitos eleitos do Vale do Rio Tijucas, que estão em constante contato com o nosso gabinete apresentando inúmeras reivindicações ao Orçamento deste ano e encaminhando para o início dos seus governos várias ações para a Educação, Segurança Pública, Infraestrutura, enfim, alinhavando um conjunto de ações que pretendem iniciar.

Quero, ainda, cumprimentar o nosso secretário da Segurança Pública, César Grubba, também o governo do estado, que lança hoje o PAC da Segurança. Trata-se de um investimento de mais de R\$ 250 milhões que, conforme o projeto, visa investir principalmente na compra de novos veículos. Quer dizer, até o final de 2014, todos os veículos utilizados na área da Segurança Pública, sejam do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar ou Rodoviária, que tenham mais de cinco anos, até porque deste tempo em diante tornam-se inviáveis tendo em vista a alta manutenção, serão substituídos. E segundo lugar, este programa visa investir na compra de equipamentos de segurança para os nossos policiais militares.

Os senhores têm acompanhado que em São Paulo, quase todos os dias, vemos notícias de policiais militares e civis sendo assassinados por bandidos, numa verdadeira guerra. Alguns dizem, inclusive, que lá em São Paulo está pior do que na Síria, justamente pelo número de homicídios, de óbitos, que estão ocorrendo tanto entre os marginais quanto entre os policiais militares e civis que estão cumprindo a sua tarefa.

Em Santa Catarina tivemos alguns casos e por isso precisamos municiar a equipe de policiais civis e militares, justamente para que eles possam agir com maior segurança frente à criminalidade.

E parte desses R\$ 250 milhões também serão investidos no Corpo de Bombeiros, na compra de caminhões, de motobombas, porque a última compra grande já foi feita há muito tempo.

Além disso, vão investir massivamente na segurança eletrônica, no monitoramento por câmaras nas cidades. Seguramente, esse é um equipamento que vai ajudar a mostrar aos criminosos que o crime de fato não compensa porque eles podem ser logo adiante aprendidos.

Particularmente, conheço algumas afirmações. Normalmente, as passarelas não são utilizadas porque a travessia é muito longa. Tanto a rampa de subida, como a largura da travessia e a rampa de descida muitas vezes deixam a distância de um lado para outro da rua no mínimo quatro ou cinco vezes maior. E as pessoas ainda têm que fazer um esforço para subir e para descer do outro lado, ou vice-versa. E se fosse construído um túnel, ele teria apenas a largura da rua e não teria o grande desnível para subir e descer.

O grande problema das passagens subterrâneas é a questão da segurança. Mas se fossem instaladas mais câmaras e houvesse, naturalmente, o monitoramento, isso poderia resolver essa questão da criminalidade que acontece muitas vezes nas passagens subterrâneas.

Particularmente em Brusque, onde há alguns anos o prefeito iria construir uma passarela em frente a um terminal de ônibus, sugeri que, ao invés da passarela, fosse construído um túnel. E

vejam que todo mundo utiliza esse túnel. Praticamente ninguém mais, hoje, passa por cima da pista na travessia do terminal de ônibus para uma praça, que faz a comunicação entre o terminal e a rua. Quer dizer, todo mundo passa por baixo porque o caminho ficou menor. Se fosse utilizada uma passarela, o caminho seria muito maior, as pessoas teriam que fazer muito mais esforço e pouca gente iria usá-la. Acabariam utilizando a pista de rolamento por onde passam os carros e assim o número de acidentes, que, lamentavelmente, aconteciam antes e que agora, graças a esse túnel, não acontecem mais, não teria diminuído.

De forma que a câmara de segurança é um equipamento que pode ser instalado nesses túneis. E assim, com eles tendo um monitoramento efetivo, pode-se combater a criminalidade que poderia, eventualmente, ocorrer nas passagens subterrâneas.

Enfim, a outra ação que, em princípio, não está prevista nesse PAC da Segurança é o aumento do efetivo. O aumento do efetivo está previsto como uma ação de governo. Todos os semestres são formados novos policiais militares e estão sendo contratados agentes da Polícia Civil para várias cidades, mas essa ação não está incluída nesse grande PAC da Segurança que compreende os R\$ 250 milhões.

Para concluir, sr. presidente, quero dizer que a segurança consiste, seguramente, num conjunto de ações, e que esse conjunto de ações cabe ao governo.

Ninguém discute que precisamos investir muito na educação, que ela é a melhor maneira de combater a criminalidade futura e a melhor maneira de assegurar uma sociedade melhor para as próximas gerações. Ninguém discute a equalização social através da assistência social, de ações da qualificação profissional, permitindo que todos os jovens possam ter acesso à renda, que todas as famílias possam melhorar a sua renda, porque elas tendo uma atividade melhora a segurança no emprego, melhora a renda familiar. Melhorando a renda familiar, melhora um conjunto de ações

dentro da família. E não havendo isso pode até desestabilizar as famílias.

Ninguém discute que, na questão da moradia, o conjunto de ações sociais precisam ser feitas justamente para garantir uma sociedade mais justa, mais solidária, e que tudo isso faz com que melhore a segurança. Mas paralelo a tudo isso é preciso ter ações de repressão, de combate à criminalidade, de enfrentamento aos criminosos, mostrando que o crime não compensa.

Precisamos reprimir o crime com força, e para isso o governo precisa melhorar tanto os seus equipamentos quanto o efetivo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Mauricio Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de saudar todos que nos acompanham.

Eu já tinha anotado e pego alguns dados da imprensa que foram divulgados pelos órgãos oficiais do estado para tratar desse assunto dos investimentos na Segurança Pública - o Pacto da Segurança.

O governador Raimundo Colombo buscou esses recursos junto ao BNDES, no valor de R\$ 530 milhões, sendo R\$ 265 milhões na área da Segurança Pública e R\$ 265 milhões na área da Justiça e Cidadania, ou seja, na área do sistema prisional de menores.

O objetivo é ampliar o serviço das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e Instituto Geral de Perícias com esses investimentos. Temos R\$ 60 milhões destinados à aquisição de 1.600 viaturas, R\$ 25 milhões destinados para veículos, corpos de bombeiros e demais órgãos de segurança.

Vejo um investimento que me causa alguma dúvida, até por eu ter estado na chefia da Polícia Civil por alguns anos, que são R\$ 125 milhões

destinados para construir uma sede administrativa. Vejo que neste momento talvez tenhamos algumas outras prioridades de investimentos. Mas sei que o secretário da Segurança, toda a diretoria de planejamento, analisam essa questão.

Tenho minhas dúvidas da necessidade de pagar alguns aluguéis, se não compensam, até pelos altos valores destinados à construção. Ver R\$ 125 milhões para uma sede administrativa é um valor elevado. Sei que o objetivo deve ser ter no mesmo local a estrutura toda da secretaria da Segurança, da Polícia Civil, de repente, junto com os Bombeiros e Polícia Militar, tudo numa estrutura só. Mas se houver a possibilidade de remanejamento para prédios e imóveis do estado, vejo que é importante.

A secretaria de Justiça e Cidadania vai investir R\$ 265 milhões para a construção de unidades prisionais em seis regiões do estado. É um dos graves problemas que enfrentamos no dia de hoje. Temos em torno de 17 mil presos no estado e ainda uma defasagem em torno de sete a oito mil vagas no sistema prisional. Isso é gradativo, cada governo tem investido muito, no governo Luiz Henrique da Silveira, no governo Eduardo Moreira, Pavan, mas a criminalidade é crescente, infelizmente, e esses investimentos são necessários. E para conter a criminalidade é preciso, é necessário ter onde manter esses condenados, esses apenados fora da sociedade, porque com certeza eles em liberdade teremos um crescimento no número de ocorrências.

Discute-se muito a questão de aplicar penas mais severas aos menores. Nós tivemos há poucos dias o assassinato, numa tentativa de roubo, de um policial civil, mas se fosse outro cidadão fatalmente seria vítima dos criminosos. Eram quatro menores que estavam rondando aquela região, no município de Palhoça, para escolher uma vítima e praticar o roubo.

Então, precisamos ter esses locais para manter tantos os maiores quanto os menores. Nós não podemos chegar à situação do estado de São Paulo, onde os presos estão comandando aquelas

atrocidades contra os policiais. E as atitudes que devem ser tomadas pelos governos é com referência ao preso que está no sistema prisional, porque são eles que estão comandando a criminalidade. Isso acontece, porque eles ficam imunes, pois estão protegidos dentro das penitenciárias e ameaçam aquele preso que está na rua ou aquele que é liberado, ameaçando-os se eles não praticarem roubos ou homicídios contra policiais.

Nós tivemos no estado de São Paulo, neste ano, quase 100 policiais assassinados. Isso tudo é muito grave, pois o preso que vai para a rua não tem medo da Justiça, não tem medo da decisão judicial, porque essas decisões sempre visam proteger a vida do cidadão, seja ele criminoso ou não, mas ele tem medo daquele marginal que está lá dentro do presídio, pois se ele não praticar o crime que foi encomendado, quando ele voltar ao presídio vai ser assassinado. Dentro do presídio a lei adotada pelos marginais é a pena de morte, ou se não for preso ele sabe que outros marginais serão designados contra ele ou contra seus familiares.

Por isso vejo que as medidas que têm que ser adotadas são principalmente contra os marginais que estão dentro dos presídios e que estão comandando a criminalidade neste país, principalmente no estado de São Paulo. Felizmente, o nosso estado ainda não enfrenta esse problema tão grave. E quando se desmotivar e se desvalorizar a atividade policial vai cair no caos social, porque o marginal não tem medo da decisão judicial, não tem medo da condenação, porque ele não pretende respeitar, não tem medo do parecer do Ministério Público. Ainda quem o marginal respeita um pouco, porque vai agir com rigor necessário na proteção da sociedade, é o policial que arrisca sua vida para tirar de circulação esses marginais.

Quando o policial estiver desacreditado ou não tiver o apoio da sociedade, nós vamos ter um caos social. Não vai adiantar sentença, condenação, parecer do Ministério Público, nada, porque o marginal não respeita isso. E hoje ele ainda está

respeitando a Justiça que é cumprida pela ação dos policiais.

Então, temos que valorizar o nosso policial, seja ele civil, militar, federal, porque são aqueles que estão enfrentando a criminalidade e fazendo com que a sociedade e a Justiça ainda sejam respeitadas.

Então, por isso é muito importante esse investimento do governo do estado, do governo Raimundo Colombo, 530 milhões nesse pacto da Segurança Pública para investimento em equipamentos, em veículos, também na área da justiça e cidadania, na construção de unidades prisionais e também unidades para retenção e apreensão de menores.

Então, temos que nos unir nesse pacto, nessa luta contra a criminalidade, em defesa da sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço está destinado ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Srs. colegas deputados, deputadas, todos que acompanham a nossa sessão, especialmente através da nossa TVAL, também da nossa Rádio Digital, quero, na manhã de hoje, em nome da bancada do PSDB, em nome do nosso partido, trazer aqui uma informação que considero importante.

A partir de hoje, no Rio de Janeiro, acontece o encontro brasileiro das agências de viagens, que é o maior congresso, o maior encontro do turismo brasileiro. Há muitos anos esse evento vem sendo realizado com grande sucesso, não apenas mostrando as potencialidades turísticas para os brasileiros, mas também a uma ala internacional, onde há uma exposição propriamente para todos os mecanismos internacionais que tratam do turismo.

Dentro disso, o Congresso da Abav é considerado o maior do Brasil, um dos maiores da América Latina e um dos maiores do mundo no número

de participantes e também da forma como ele é organizado, resultando disso ações positivas para o turismo de uma forma geral.

O nosso estado mais uma vez estará presente através da nossa Santur, também da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, liderada pela Abav de Santa Catarina, que é o órgão responsável por todo o encaminhamento para esse congresso.

Quero aqui cumprimentar o presidente da Abav, Mário Lobo Filho, também o Eduardo Loch, o vice-presidente, que foi presidente, que são responsáveis há muito tempo por a Abav ser uma entidade participativa e uma entidade representativa. Acima de tudo, é uma entidade focada nas questões do turismo em Santa Catarina, não apenas se preocupando com o seu segmento das agências de viagens, mas com o contexto geral do turismo. A Abav tem sido sempre um importante instrumento, através dos seus associados, à sua entidade nessa participação.

O importante também, nesse Congresso, ocorre anualmente, por parte da Editora Abril, através de um dos seus veículos, a revista *Viagem e Turismo*, que é a escolha dos melhores do turismo do ano. Quando falo os melhores, também estão segmentados os melhores hotéis, os melhores resorts, as melhores agências de viagem, as melhores transportadoras de turismo, enfim, um segmento de todos que trabalham no turismo. Mas dentre um ponto principal, anualmente é escolhido o melhor destino turístico do Brasil, e dentre os quais o grande prêmio vai para o estado que mais se destaca no desenvolvimento do turismo no Brasil.

Nesse ponto, nos últimos cinco anos o estado de Santa Catarina foi escolhido como o melhor destino turístico do Brasil.

Dizer que isso é uma pesquisa popular, não é escolha de alguns jornalistas do setor ou de algumas pessoas, é uma votação aberta, através da *internet*. E o que está dentro desse conceito de melhor destino turístico? Claro que primeiramente as belezas naturais, que é sempre o princípio de qualquer destino turístico, mas não apenas isso, se não houver a complementação de vários

segmentos. A começar pela questão da infraestrutura tão importante e necessária, pois se o turista vem e não a encontra adequada, ele não divulga, não retorna e não fala bem daquele destino turístico.

O terceiro ponto envolve também outros setores como a gastronomia que é muito avaliada dentro dos quesitos de melhor destino turístico do Brasil. E nós temos um grande destaque, nos últimos anos, a gastronomia se diversificou e qualificou-se, tornando-se uma grande referência.

A questão de segurança pública, e o deputado Maurício Eskudlark estava falando sobre isso, também é importante para o desenvolvimento do turismo. O turista não vai para onde não se sente seguro, portanto é um dos itens bem avaliados. E quero reforçar o que o deputado falou, que é preciso maior investimento na área de segurança, para mantermos também nesse quesito Santa Catarina num patamar que nos distinga de outros estados brasileiros.

Outra avaliação importante são os hotéis onde houve um grande desenvolvimento em nosso estado, pois anos atrás era um setor dominado por familiares, e hoje, em Santa Catarina, temos grandes redes internacionais não apenas na capital, mas especialmente no interior.

Então, dentro no ponto mais marcante, além da beleza natural, da infraestrutura, da gastronomia e da segurança, está também a diversidade turística de Santa Catarina. Há algum tempo, se pensava que o turismo estaria voltado apenas para o litoral, mas hoje temos a serra catarinense, o oeste do estado, onde se está desenvolvendo as águas termais como forma de segmentação turística, e também na região sul do estado. Temos hoje dez regiões turísticas definidas com grande desenvolvimento.

Quero cumprimentar o ex-governador Luiz Henrique da Silveira que nos deu oportunidade de criar, inovar e estar atentos ao desenvolvimento turístico de Santa Catarina e claro também o atual governador Raimundo Colombo que também tem dado atenção ao setor. E espero que Santa Catarina saia

do Congresso Nacional da Abav com o sexto título seguido de Melhor Destino Turístico do Brasil.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 14m.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, eu acompanhava o posicionamento do colega Maurício Eskudlark, nesta manhã, e quero apenas complementar parabenizando o governador Raimundo Colombo, pois temos percorrido o estado de Santa Catarina e de fato é prioridade quase que absoluta hoje a questão da segurança, quer por parte da Polícia Civil ou da Militar. E esse anúncio que está sendo feito neste exato momento, inclusive pelo governador Raimundo Colombo e todas as autoridades de segurança do estado, vem em boa hora no sentido de modernizar e ampliar os serviços da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Temos debatido a questão do aumento do efetivo no estado de Santa Catarina. E essa injeção de R\$ 530 milhões de recursos para que esse pacto de segurança de fato se concretize no estado é bem-vinda exatamente por essa questão da infraestrutura.

Quero destacar, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. já citou aqui que esses recursos serão divididos entre a secretaria da Segurança Pública e a secretaria de Justiça e Cidadania. É a resposta adequada que se está dando à demanda específica da construção de centros de atendimento socioeducativos.

Durante dois anos fui secretário da Criança e do Adolescente na cidade de Blumenau e já naquele tempo há cerca de 12 anos discutíamos de forma bastante intensa essa questão dos antigos Cips, Centros de Internação Provisória, que hoje estão praticamente terceirizados pelo estado de Santa Catarina.

Portanto, entendemos que essa decisão do governo do estado nessa construção de centros de atendimento socioeducativos em diferentes regiões do estado dá uma resposta a essa demanda principalmente por parte das nossas instituições que precisam dessa parceria junto às prefeituras principais.

Ligado a essa questão de segurança, trago mais uma vez ao debate também hoje estampado em vários jornais de Santa Catarina a questão da internação compulsória a partir da decisão do governo do município do Rio de Janeiro, prefeito Eduardo Paes, no sentido de eliminar as famosas cracolândias no estado. Já houve uma iniciativa do prefeito Gilberto Kassab em São Paulo e, inclusive, do nosso prefeiturável Cesar Sousa Júnior aqui na capital.

Ainda não estamos convencidos, pelo menos como estudioso do assunto há muitos anos, dessa iniciativa da internação compulsória. Eu acho que há pontos positivos, há pontos negativos, estamos inclusive promovendo um debate, deputado Carlos Chiodini, no final de novembro nesta Casa com a parceria das secretarias da Segurança Pública, de Justiça e Cidadania, da Saúde e da Educação juntamente com a Frente Parlamentar de Prevenção às Drogas para debater essa questão em Santa Catarina, além de outras questões que estarão em pauta.

Existem aqueles que rejeitam essa ferramenta de trabalho e essa medida da internação compulsória, pelo menos de forma temporária sobretudo para os viciados em crack, que enxergam essa iniciativa como uma espécie de faxina social tolhendo o direito de ir e vir garantido pela Constituição de qualquer cidadão, inclusive, os dependentes químicos. Mas por outro lado entendemos, sim, que há uma justificativa a partir do momento em que se ofereça um tratamento e um entendimento de qualidade, com acompanhamento de especialista, medicação adequada e um tempo devidamente previsto e planejado para a necessária reabilitação.

O que se precisa, sim, independentemente da iniciativa dos governos federal, estadual e municipal, é que essas ações garantam ao usuário de drogas o amplo respeito, o tratamento humano, a assistência multiprofissional e uma real oportunidade de habilitação. Acho que isso é o mais importante.

Temos discutido muito os eixos para o enfrentamento da questão das drogas no país, que passa pela prevenção, reabilitação e a questão da própria segurança no que diz respeito à repressão. Mas há um quarto eixo que está sendo um tanto quanto ignorado, que é a ressocialização. E esse é o grande desafio ao governo para aqueles que se internam nas comunidades terapêuticas ou passam por uma clínica de reabilitação, mesmo que particular, a fim de que após esse período possam ter de fato uma perspectiva de ressocialização. E aí vem toda uma proposta de parceria entre os nossos governos e as organizações não governamentais nesse sentido.

Temos avançado muito. O debate com as secretarias, de uma forma intersetorial, tem sido muito positivo em Santa Catarina. E acreditamos que com essa pauta que teremos no debate que inclusive contará com a presença do sr. governador na última semana de novembro, poderíamos estabelecer uma política pelo menos razoável de atendimento e de enfrentamento à dependência química neste estado.

Como tenho dito em outras intervenções, estamos chegando a números preocupantes. Há pelo menos 50 mil usuários de *crack* no estado de Santa Catarina; mais de 700 mil dependentes químicos na questão do álcool; 120 mil estudantes do ensino médio tiveram, no ano de 2011, contato ou usaram de uma forma ou de outra mesmo que esporádica drogas ilícitas.

São números que nos deixam alertas e atentos para de fato investirmos em políticas públicas no combate e na prevenção às drogas no estado de Santa Catarina. Mas deixo aqui registrada a minha satisfação pela iniciativa do governador que neste exato momento faz esse anúncio oficial aos

catarinenses de um investimento de mais de R\$ 500 milhões na área de segurança para o estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Carlos Chiodini, por 16 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente e srs. deputados, assomo a esta tribuna para tratar de um assunto muito importante para Santa Catarina, que se consolidou nesta semana, na última segunda-feira, com a confirmação da vinda das instalações da BMW para Santa Catarina, mais especificamente em Araquari, trazendo o que sempre precisamos e vamos continuar precisando, que é o desenvolvimento com qualidade.

(Passa a ler.)

"Esse empreendimento vai aquecer a economia da região norte catarinense, fomentando a vinda e a criação de novas empresas, que terceirizarão trabalhos para as empresas automotivas que estão se instalando neste estado.

O jornal *A Notícia*, da última terça-feira, 23/10, afirma que: "com a confirmação da montadora alemã, os principais efeitos devem vir em médio prazo.

Muitas são as expectativas, em especial para o norte de Santa Catarina. Geração de empregos, investimentos, desenvolvimento e qualidade de vida são aguardados pela classe empresarial e população da cidade de Araquari e região.

O presidente da Associação Comercial e Agrícola de Araquari, Jorge Laureano, afirma que "a BMW traz boas perspectivas para a área industrial e habitacional". Acredita-se que em dez anos a população da cidade que hoje é cerca de 26 mil habitantes aumente para 39 mil, ou seja, 50% a mais, recebendo a migração de mão de obra qualificada, onde se tornará um polo econômico em potencial.

Senhor presidente, o que se espera com a chegada dessa importante empresa é a geração de empregos, atração de novas empresas e investimentos, melhoria na qualidade de vida, melhoria no status da cidade perante as demais, além do crescimento econômico e melhor nível de qualificação da mão de obra.

Mas a reportagem do jornal *A Notícia* lembra que muitos serão os desafios para que "os desejos se transformem em realidade, os empresários sabem que Araquari tem muitos obstáculos e que precisam ser superados".

É necessário melhorias no sistema de água e esgoto e também tornar aquela região uma região metropolitana, para melhorar a questão do transporte coletivo, permitindo que os ônibus de Joinville possam entrar na cidade.

Esses e muitos outros são algumas pedras no caminho que serão removidas. E o que é preciso ressaltar é que os investimentos que serão realizados beneficiarão a curto, médio e longo prazo o estado e as cidades que circundam a instalação da empresa.

A BMW anunciou que vai investir mais de 200 milhões de euros, ou seja, aproximadamente R\$ 520 milhões, iniciando o bate-estaca no terreno na primavera de 2013 e a produção no último trimestre de 2014.

Assim posto, é necessário enaltecer os esforços realizados pelos integrantes do governo do estado, o governador Raimundo Colombo, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, o secretário Paulo Bornhausen, o secretário Alexandre Fernandes, do prefeito de Araquari João Pedro Woitexem, que após 18 meses de negociações conseguiram demonstrar a viabilidade, trazendo a BMW para Santa Catarina.

Vale ainda ressaltar que as indústrias automobilísticas representam uma parte significativa da economia nacional, ou seja: 22,5% do PIB industrial brasileiro vêm do setor, ou 5,2% do PIB nacional.

De acordo com estimativas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea),

250 mil empresas instaladas no país têm atividades de alguma forma ligadas à indústria automobilística, que gera milhares e milhares de empregos e muito desenvolvimento.

O Brasil é o quarto maior mercado de veículos do mundo, perdendo apenas para a China, Estados Unidos e Japão. Na quinta posição temos a Alemanha, justamente o país de origem da marca que agora se instala em Santa Catarina.

Entre as razões levantadas para a escolha de Santa Catarina, especificamente o município de Araquari, está como já frisei anteriormente a questão logística. O local é bem próximo de dois portos, duas cidades portuárias, Itapoá e São Francisco do Sul, no norte catarinense, e a menos de 100 quilômetros de outras duas cidades também muito importantes: Itajaí e Navegantes, na foz do rio Itajaí.

Outro ponto destacado pelo vice-presidente da BMW foi a qualificação da mão de obra no norte catarinense. Isso é importante destacar, pois estamos falando de desenvolvimento econômico e de educação do dia a dia. E exemplos existem lá de outras décadas passadas da escola técnica Tupi e tantas outras que as empresas desenvolveram, formando uma mão de obra capaz de receber um investimento desses.

Um dos maiores polos do país no setor metalmeccânico... E como disse o governador Raimundo Colombo, além desses fatores, a tradição germânica da região pesou mais do que os incentivos fiscais, que se não fossem dados em Santa Catarina, que existem também... E outra coisa que vou dizer que não me preocupa: o incentivo fiscal para uma multinacional é maior do que para uma empresa genuinamente catarinense. Concordo que temos que rever esse assunto. Mas se Santa Catarina não buscasse esse investimento, como já perdeu no passado outras montadoras, outros estados a levariam, e essa riqueza ficaria com certeza no Brasil, mas não nosso estado, numa cidade tão próspera, como é o caso de Araquari.

Quanto à produção na cidade de Araquari, será de 80 mil veículos por ano, o que considero um

grande número, sendo que 30 mil somente na primeira fase.

Sr. presidente, o tempo demonstrará a grandeza desse investimento e das decisões tomadas por parte do governo catarinense e da sua gente do município de Araquari, estado e cidade de referência, que farão valer a pena esse investimento e colocarão ainda mais o nosso estado em evidência no setor produtivo brasileiro.

Finalizo esse pronunciamento fazendo menção do falecimento de um grande líder chamado Durval Vasel. Ex-prefeito de Jaraguá do Sul por dois mandatos, ex-deputado estadual e ex-secretário desta Casa, que nos deixou no último dia 17 de outubro, foi sepultado na quinta-feira. E seus conselhos, suas obras, seu trabalho prestado e sua memória certamente permanecerão para sempre. Então, em meu nome, o pesar e o sentimento a toda a família.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

Antes, quero registrar a presença do atual vereador e futuro vice-prefeito de São Joaquim, sr. Uladimir Demeciano.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Apenas para registrar a presença neste plenário do amigo e vereador Dani Pedro Mottin, do município de Ipuacu, do qual tenho a honra de ser cidadão honorário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses, minha saudação também aos visitantes

que estão aqui acompanhando esta sessão, que foram registrados, sejam bem-vindos.

Eu gostaria de tecer alguns comentários, sr. presidente, sobre alguns assuntos que julgo importante. Quero falar aqui sobre as nossas rodovias catarinenses. Mas antes vou destacar dois assuntos que são intimamente relacionados em nível federal. O primeiro deles diz respeito à questão do desemprego. O IBGE acabou de divulgar dados que mostram que o desemprego do mês de setembro é o menor desemprego para este mês nos últimos dez anos. Ou seja, o desemprego é menor desde o ano de 2002 comparado apenas o mês de setembro.

Esse dado é importante, muito embora haja uma pequena variação em relação ao índice total de desemprego do mês de agosto, uma variação de uma fração para mais, mas mostra essa grande conquista que temos em nosso país, que é a manutenção, a recuperação do emprego, apesar de vivermos internacionalmente uma grande crise.

Se pegarmos os países europeus, a maioria deles estão com altíssimas taxas de desemprego e têm crise à vista que se alonga. E há a perspectiva de se alongar; inclusive ouvi um jornalista falando esta semana que a perspectiva para os próximos sete anos, oito anos, dez anos é que a Europa ainda esteja com essa crise. E se olharmos os nossos vizinhos, por exemplo, a situação da Argentina também demonstra uma situação de dificuldades econômicas de grande crise.

Portanto, termos esses índices aqui no Brasil mostram o quanto é importante a política conduzida pelo governo federal. E é importante destacarmos que o baixo nível de desemprego e o aumento da renda continua ajudando na atividade econômica brasileira, que começa a dar sinais claros de crescimento neste segundo semestre, depois de um primeiro semestre, devido à crise internacional. Um primeiro semestre que não foi tudo aquilo que nós desejávamos.

Em agosto houve um avanço de 0,98%, diante do mês de julho, no índice de atividade econômica. E relacionado a isso também essa ação do governo

federal com a redução de IPI para carros se mantendo até o final do ano, possibilita a questão da geração de empregos. E se analisarmos os índices de empregos no Brasil, eles se dão exatamente pelas ações que estão sendo feitas, pelas ações do governo federal, por estados e municípios, mas com a política econômica ditada pelo governo federal que tem possibilitado, portanto, que sejamos um dos poucos países do mundo com o crescimento de empregos e investimentos inclusive no setor automotivo.

Então, quero fazer esse registro, porque julgo muito importante. O emprego no Brasil talvez seja uma das questões que mais queremos e devemos defender.

Faço uma referência, também, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, a uma matéria, um estudo divulgado recentemente, que repercutiu na imprensa catarinense, dizendo que as rodovias do estado tem avaliação ruim. De fato, o sistema rodoviário em Santa Catarina precisa de urgentes melhorias.

Se olharmos as rodovias federais, na sua grande maioria estão em fase final de recuperação de duplicação, como no caso da BR-101 e de outras de início de duplicação ou em fases avançadas de recuperação. O que não acontece infelizmente com relação às rodovias estaduais.

Temos falado muitas vezes nesse assunto; existem esses recursos que estão vindo para Santa Catarina via BNDS, via articulação com o governo federal, inclusive via financiamentos internacionais, mas que têm demorado em se tornarem realidade. E podemos citar alguns exemplos que já são históricos em todo o estado, no oeste de Santa Catarina, no meio-oeste, em Concórdia, nossa cidade, onde o contorno viário tem sido anunciado, há quatro anos, cinco anos, seis anos, que vai ser recuperado. Inclusive, temos centenas de fotos tiradas de autoridades que vão lá, mas essa obra não sai.

Portanto, quando se fala em rodovias do estado, é preciso que efetivamente o estado

agilize a questão da recuperação das nossas rodovias que estão em precaríssima situação.

Com relação às rodovias federais, digo que é preciso também agilidade, mas reconhecemos o esforço que está sendo feito para a conclusão da BR-101, a duplicação da BR-470, de outras rodovias que estão sendo anunciadas as suas duplicações, a recuperação da BR-282, inclusive com duplicações em trechos urbanos. Muito embora alguns trechos tenham começado em altíssimo ritmo, como, por exemplo, Xanxerê, em que a duplicação urbana andou num ritmo muito forte, mas depois por problema de execução a empresa teve o seu contrato rompido, por isso, a obra não foi retomada ainda. Então, é importante que o governo federal possa olhar para isso e recomeçar o quanto antes possível.

Então, sr. presidente, srs. deputados, eram esses os registros que queríamos fazer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Queremos registrar que hoje, dia 25 de outubro, a TVAL completa 13 anos de fundação.

Portanto, cumprimos todos os seus funcionários, também a Suelen Costa, que é coordenadora da TVAL.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Eu só quero registrar a presença nesta Casa do vereador Neudi Kaefer, da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, no oeste catarinense, que prestigia os trabalhos da nossa Casa nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a

presente sessão, convoca outra, especial, para
hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.